

ADUNIOESTE
SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

GOVERNO DO ESTADO CONVOCA REUNIÃO DO "GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DA CARREIRA DOCENTE" PARA O PRÓXIMO DIA 14 DE MAIO.

No último dia 8 de maio, o Diretor Geral da Seti convocou **reunião do "Grupo de Trabalho" para o dia 14 de maio (quarta-feira)**. A reunião será realizada em Curitiba a partir das 9 horas, no Palácio das Araucárias, com a presença dos Secretários de Estado Lygia Pupatto (SETI), Maria Marta Lunardon (SEAP) e Enio Verri (SEPL). Espera-se que nessa reunião os Secretários de Estado finalmente anunciem a proposta governamental de revisão da carreira docente em termos de índice de reajuste e de prazo de implantação.

Por enquanto a única proposta de reajuste oficializada pelo Governo Estadual aos professores universitários é a mesma apresentada a todos os servidores públicos estaduais. O índice apresentado pelo Governo Estadual é de 5% e corresponde à revisão geral anual dos salários do funcionalismo.

NOTÍCIAS DO REAJUSTE GERAL PARA TODOS OS SERVIDORES ESTADUAIS

O governador Roberto Requião encaminhou para a Assembléia Legislativa no último dia 22 de abril mensagem (Projeto de Lei 170/08) que prevê reajuste de 5% para os 235 mil servidores estaduais, incluindo os professores universitários. O reajuste contempla, além dos servidores de carreira, os contratos de regime especial (CREs), inativos e pensionistas das carreiras civis e militar do Poder Executivo. O índice de 5%, de acordo com o governo, corresponde à inflação do período compreendido entre maio de 2007 e abril deste ano. *"O reajuste arredonda o acumulado nos últimos 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que foi de 4,97%".*

IMPORTANTE: não há nenhuma garantia que o reajuste será implantado imediatamente, a partir de 1º de maio para todos os servidores estaduais. Segundo o líder do governo na Assembléia, deputado Romanelli (PMDB), o cronograma de implementação do reajuste será definido pelas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, sendo que o pagamento vai seguir os critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ou seja, está condicionado à disponibilidade e viabilidade financeira, bem como ao comportamento das despesas em relação à receita do Estado. Assim, a tendência é que o reajuste, embora seja igual para todos os funcionários, não seja feito para todas as categorias na mesma data.

No último dia 6 de maio o Plenário da Assembléia Legislativa aprovou, em primeira discussão, o Projeto de Lei 170/08 que institui o reajuste de 5% para todos os servidores estaduais do Paraná. No dia 7 de maio o Projeto de Lei foi submetido ao Plenário da Assembléia, em segunda discussão. Nesse dia diversos deputados apresentaram nove emendas à proposta original enviada pelo governador.

DEPUTADOS APRESENTAM EMENDAS AO PROJETO DE REAJUSTE DO SERVIDOR - Foram apresentadas emendas concedendo aumento de 19%, além dos 5%, para os professores da rede básica e policiais militares e civis, inclusive os aposentados. Outra emenda determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de maio de 2008. Outra emenda determina reajuste de 15% ao salário dos servidores públicos, igual ao concedido para o salário mínimo regional que será pago pela iniciativa privada e aprovado no mês passado pela Assembléia Legislativa. Outra emenda prevê que o reajuste de 5%, proposto na mensagem original do governo, seja concedido sobre o vencimento total do servidor, incluindo o vencimento básico e as outras vantagens recebidas. Outra emenda define o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) como base para correção dos salários e não o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como propõe o Poder Executivo. Se acatada a emenda, o índice de reajuste passaria dos atuais 5% para um valor entre 8% e 9%.

REAJUSTE DO FUNCIONALISMO PÚBLICO VOLTA PARA CCJ - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúne na próxima terça-feira (13 maio) para apreciar as nove emendas propostas pelos parlamentares ao Projeto de Lei 170/08. A CCJ deverá emitir parecer a respeito da constitucionalidade das emendas. O líder do Governo na Assembléia, deputado Romanelli argumenta que tais emendas são inconstitucionais, pois geram despesas e a proposição de reajuste salarial aos servidores é prerrogativa exclusiva do governador. O deputado Rossoni, Líder da Oposição, disse não temer que as emendas sejam consideradas inconstitucionais pela CCJ por gerar despesas. *"Ano passado uma emenda dos deputados governistas aumentou em R\$ 30 milhões os gastos do Governo com propaganda e foi aprovada sem contestação. Não era inconstitucional"*, lembrou. *"Por que agora, quando tratamos do aumento de salário dos servidores públicos, esses mesmos deputados dizem que o Legislativo não pode gerar despesas?"*, questionou. Depois da manifestação da CCJ, o Projeto 170/08 volta ao Plenário da Assembléia para a terceira e última votação. Até o final desta semana o projeto que prevê o reajuste geral de 5% para todos os servidores estaduais, incluindo os professores universitários, deverá ser aprovado pela Assembléia Legislativa.